



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROTEÇÃO ANIMAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CSPDS

Parecer n.º 14 de 25 de Novembro de 2024.

Projeto de Lei n.º 59/2024 de 18 de Novembro de 2024.

Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, *“Autoriza o Poder Executivo a suplementar até o limite de R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais), a subvenção social destinada à Sociedade Ubaense de Proteção aos Animais e à Saúde Humana (SUPASH), no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, no orçamento municipal de 2024, e dá outras providências”*.

Vem a esta comissão, para parecer, projeto em epígrafe, com base no artigo 43 do Regimento Interno que relata:

“Art. 43. Compete à Comissão de Saúde, Proteção Animal e Desenvolvimento Social manifestar-se, dentre outros, sobre os seguintes assuntos:

- I - política de saúde;*
- II - ações e serviços de saúde pública;*
- III - política de assistência e vigilância sanitária e epidemiológica;*
- IV - política de saneamento básico;*
- V - políticas relacionadas à prevenção de drogas e recuperação de dependentes químicos;*
- VI – políticas voltadas aos portadores de deficiência física;*
- VII – controle de zoonoses e direitos dos animais”*.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundamentação

A Lei Federal nº 4.320, de 1964, que versa sobre normas gerais de direito financeiro, estabelece que os créditos especiais se destinam a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. Dispõe, ainda, a referida norma em seu art. 42, que os créditos serão autorizados por lei e abertos por decreto. Além disso, os artigos 40 e 41, II, da referida lei dizem:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

(...)

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

A Constituição da República estabelece, em seu art. 167, inciso V, que é vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes:

Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

Conforme consta na mensagem nº 48, anexada ao Projeto de Lei nº 59/2024, é mencionado que o Projeto de lei têm origem em solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e visa a repassar recursos a Sociedade Ubaense de Proteção aos Animais e a Saúde Humana (SUPASH), para oferecer a comunidade ubaense serviço de recolhimento, transporte, educação Ambiental, guarda, estímulo a adoção, cuidados médicos, esterilização e chipagem dos animais que venham apresentar risco a sua integridade física ou a dos munícipes, como também fornecer cuidados necessários a animais alojados em canil, nos três primeiros meses do próximo exercício. O valor é referente a R\$ 46.000,00 mensais, mesmo valor em vigência desde janeiro de 2023.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

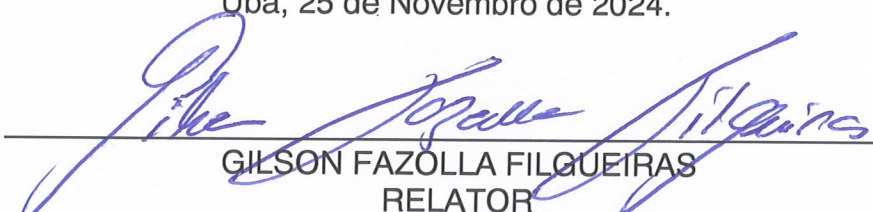
Este relator destaca que, ainda de acordo com a mensagem nº 48, o instrumento hoje vigente irá expirar em 31/12/2024 e o serviço, por ser essencial, não poderá ser interrompido sem prejuízos a saúde pública, por se tratar ações de controle de zoonoses. Com o repasse desses recursos (ainda em 2024), a próxima administração municipal terá tempo hábil (três meses), para dar seguimento ao serviço (seja ele prestado diretamente pelo Município, seja via contratação de prestação de serviços (Lei 14.133/21) ou seleção de parceria com Organização da Sociedade Civil (Lei 13.019/14).

Registre-se, por oportuno, que o projeto de lei em questão não implica em despesas para a próxima administração municipal, eis que todo o adimplemento financeiro se esgotará no ano vigente.

III – CONCLUSÃO

Pelas razões expostas, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 59/2024.

Ubá, 25 de Novembro de 2024.


GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS
RELATOR

MANIFESTAÇÃO DO(A) RELATOR(A):



Aprovado



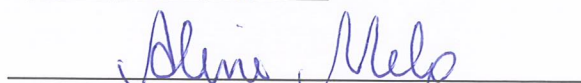
Rejeitado

Por:

TODOS

Em:

25 / 11 / 24


Vereadora Aline Moreira Silva Melo
Presidente da CSPDS